



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Cautelar Inominada Criminal Processo nº 2122565-92.2024.8.26.0000

Relator(a): **JOÃO AUGUSTO GARCIA**

Órgão Julgador: **5ª Câmara de Direito Criminal**

Vistos.

Trata-se de medida cautelar inominada ofertada pelo Ministério Público, com pedido liminar, visando a atribuição de efeito suspensivo ativo ao recurso em sentido estrito interposto, com a consequente decretação da prisão preventiva do acusado **Fernando Sastre de Andrade Filho**.

Pleiteou, ainda, pelo compartilhamento de provas com a Promotoria Militar, visando homenagear o “segredo de justiça” decretado.

É o breve introito.

Com razão, em nosso entendimento.

Primeiramente, de se rememorar que a atribuição de efeito ativo ao recurso em sentido estrito deve ser vista como medida excepcional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ou seja, há necessidade de conciliar a gravidade concreta da conduta, com os pressupostos da preventiva.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA SÚMULA 604/STJ. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, a prisão preventiva decretada no acórdão encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade de droga apreendida (131 gramas de cocaína, e 709 gramas de maconha), além da apreensão de 1 pistola, calibre .

40 com 8 cartuchos, circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema na hipótese. (Precedentes) III - Quanto à alegação de burla à Súmula 604/STJ, aduzindo que o mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

recurso criminal interposto pelo Ministério Público, esta Corte já salientou, em diversos precedentes, o cabimento da ação cautelar inominada para o fim de obter efeito suspensivo ativo a recurso em sentido estrito. (Precedentes) IV - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

V - É assente nesta Corte Superior que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos. Precedentes.

Agravo regimental desprovido.

(STJ, 5ª Turma, AgRg no HC 726814 / SP, relator ministro Jesuíno Rissato, julgado em 19/04/2022)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. POSSIBILIDADE.

PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTO IDÔNEO. REITERAÇÃO DELITIVA. PRISÃO EFETUADA POR GUARDAS MUNICIPAIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior admite o ajuizamento de ação cautelar inominada para atribuir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público contra decisão que revogou a prisão preventiva, não sendo aplicável, ao caso, a Súmula n. 604/STJ, cujo enunciado proíbe, especificamente, a utilização de mandado de segurança com tal finalidade (HC n. 485.727/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe de 30/4/2019).
2. No caso dos autos, há fundamento válido para a decretação da prisão preventiva, pois foi destacado que o agravante é reincidente específico e ostenta maus antecedentes, de modo a justificar a medida extrema, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.
3. Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública.

Precedentes.

4. Quanto à validade ou não da ordem de prisão em flagrante do guarda municipal, trata-se de matéria que será apreciada pelo Tribunal de origem, no julgamento do mérito do recurso em sentido estrito, e, por isso, o pronunciamento desta Corte sobre essa matéria provocaria a indevida supressão de instância.

5. Agravo regimental improvido.

(STJ, 6ª Turma, AgRg no HC 844553 / SP, relator ministro Jesuíno Rissato, julgado em 09/10/2023).

É justamente a hipótese dos autos.

No caso concreto, o pedido de prisão temporária foi indeferido em 01/04/2024 (feito nº 1508495-17.2024, fls. 92/94).

Depois, em pleito pela preventiva, firmado nos autos nº 1500382-20.2024, fls. 144/150, ocorreu o indeferimento, todavia, com a imposição das seguintes cautelares em 08/04/2024: “ (...) *Por estes motivos, a fim de garantir seus compromissos com o término das investigações, imponho ao suspeito FERNANDO SASTRE DE ANDRADEFILHO, as seguintes medidas cautelares como condição para permanecer em liberdade: (i) Não se ausentar da Comarca por mais de 08 dias, ou mudar de endereço sem comunicar previamente nestes autos; (ii) Não se aproximar da vítima sobrevivente, testemunhas e familiares destas, por no mínimo, 500 metros, tampouco estabelecer (ou tentar estabelecer) com elas qualquer espécie de contato, bem como de outras testemunhas a serem eventualmente indicadas pela Autoridade Policial. (iii) manter atualizado nestes*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

autos número de WhatsApp e de telefone celular. (iv) Juntar nestes autos, em até 48 horas contados a partir da intimação de seus Advogados pelo DJe, comprovante de depósito em conta judicial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a título de fiança, montante este proporcional e adequado, tendo em vista sua condição socioeconômica e necessidade de garantir eventual reparação de danos à vítima sobrevivente e aos familiares da vítima fatal. (v) Suspensão da permissão (ou da habilitação, em sendo o caso) para dirigir veículo automotor. Oficie-se à Autoridade de trânsito determinando o cumprimento desta ordem, com as anotações de praxe. (vi) Proibição de deixar o território nacional. Oficie-se ao Diretor do Departamento da Polícia Federal desta Comarca, determinando a ele a inclusão desta restrição ao suspeito, junto ao Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (STIMAR - Sistema de Tráfego Internacional). Sem prejuízo, depositem os Advogados no cartório desta Vara, em até 24 horas, o passaporte do investigado. (vii) Proibição de frequentar os estabelecimentos comerciais ENCOREBAR E RESTAURANTE LTDA, com endereço à Rua Marechal Barbacena, 636, Tatuapé, São Paulo/SP) e o restaurante “POCHETARIA”, no Bairro do Tatuapé; (viii) Depositar junto ao Delegado de Polícia, em até 24 horas, o aparelho de telefone celular que utilizava na ocasião dos fatos, por onde teria recebido chamadas e mensagens de sua mãe, Daniela Cristina de Medeiros Andrade (...).”

Em seguida, em novo pedido pela preventiva, o D. Juízo de origem argumentou pelo indeferimento, em suma, pela ausência de modificação da situação fática e pela inexistência de comprovação do descumprimento de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão (feito nº 1500363-14.2024, fls. 580/584, em 30/04/2024).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Entretanto, na hipótese em exame, após a imposição das medidas cautelares, sobrevieram aos autos novas nuances que denotam que o efeito ativo deve ser atribuído, *in limine*, para decretação da prisão preventiva.

O laudo pericial do local (fls. 136/197) foi disponibilizado em 22/04/2024, ou seja, após as medidas mais amenas.

De acordo com o exame (fls. 188): *a estimativa da velocidade média mais provável do RENAULT SANDERO, instantes antes do acidente, é de 40,0 km/h com desvio padrão de 1,7 km/h.*

Ainda segundo o *expert*, *a estimativa da velocidade média mais provável do PORSCHE, instantes antes do acidente, é de 156,4 km/h com desvio padrão de 7,7 km/h I* (fls. 189).

Ou seja, a conclusão destoa da versão do acusado, que disse (fls. 58):
(...) RESPONDEU QUE ESTAVA UM POUCO ACIMA DO LIMITE PERMITIDO, PORÉM, NÃO CHEGAVA SER MUITO ACIMA TAMBÉM (...)

Sendo a via de velocidade máxima de 50 Km/h, denota-se que acusado estava três vezes acima do limite.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O acusado ainda esclareceu que em dado momento teria visto uma luz de freio do veículo a frente, tentando desviar.

Entretanto, as imagens de fls. 167 possibilitam perceber a colisão na faixa “do meio”, sendo que as outras duas (da esquerda e direita) estavam vazias, sendo que, por isso, se em velocidade regular (prima facie, sem que se possa adentrar a fundo na questão das provas e do mérito, observados para o momento os indícios presentes, assim sem qualquer prejulgamento), mas, estivesse sem ingestão de substâncias alcoólicas, poderia o acusado ter evitado o fatal acidente, em fato.

Aliás, no ponto, Marcus Vinícius, passageiro e amigo do acusado, agora também vítima, ao ser ouvido em 11/04/2024, portanto, também após as medidas cautelares (fls. 270/271 do feito “principal” nº 1500363-14.2024), citou que ao saírem da Casa de Poker, Giovana, a namorada de Fernando discutia para ele não dirigir o carro por estar alterado em razão de bebida, estando, ainda, com a voz elevada e exaltada. Mencionou, também, que ele começou a dirigir de forma tranquila, contudo, “deu uma acelerada antes de entrar na Avenida Salim Farah Maluf”.

A namorada de Marcus, Juliana (fls. 60/61), também mencionou que o acusado estava um pouco alterado, por isso, Giovana discutiu com ele, e, mesmo assim, não chegaram a um acordo, visto que **Fernando não quis deixar outra pessoa dirigir o veículo.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda mencionou que ela e Giovana estavam em um veículo Audi/Q5, e mesmo assim, em determinado momento, **Fernando acelerou quando o perdeu de vista, não conseguindo acompanhá-lo.**

A ingestão de bebidas pelo acusado, mais uma vez colocando em tese, ante aos elementos constantes, ainda seria comprovada pelo relatório de ocorrência do corpo de bombeiros de fls. 132/135, já que na descrição constou que Marcus e Fernando estavam aparentemente etilizados.

Ainda às fls. 255/258 dos autos “principais”, em depoimentos exarados, ambos no dia 10/04/2024, as testemunhas Monique e Rosangela atestaram que havia vômito perto de Fernando e que ele não conseguia sequer parar em pé.

Também consta nos autos que a Casa de Poker é do modelo “open bar”, possibilitando o consumo de bebidas sem controle efetivo.

Tais circunstâncias tornam o relato de Giovana destoante do restante e, ainda que não se possa delinear, categoricamente, que foi induzida em “mentir” (fls. 56/57), é dos autos que em certos aspectos, especialmente no ponto em que Fernando estaria todo “ensanguentado e sujo”.

Entretanto, o link de fls. 51 https://drive.google.com/file/d/1MzC-m4tStOuU7piZI_Ol47l8hHNXrJR1/view?usp=drive_link, a partir,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

aproximadamente, do minuto 14:30 revela Fernando deixando o local com a mãe (sem a namorada), sem estar ensanguentado ou sujo.

Aliás, no aspecto, a mãe (Daniela, fls. 52/54), teria conseguido a “autorização” para levar imediatamente o filho a um Hospital.

Contudo, além de não levá-lo em um primeiro nosocômio, descumpriu mais uma vez o “combinado”, já que Fernando seria levado ao PS do Ibirapuera, o que, por alegado “stress”, não ocorreu.

Tais omissões, e ausência da utilização do “bafômetro”, em que pese a possibilidade probatória inculpada no art. 306, §2º, do CPP, impossibilitaram o estado flagrancial.

Nestes termos, o relato da D. Autoridade Policial (fls. 62): *Pelo presente venho informar a V. Excia. que referido fato ocorreu às 02:25h do dia 31/03/2024, contudo, a ocorrência foi apresentada no plantão policial somente às 07:19h do mesmo dia, com um intervalo de quase cinco horas. Ainda conforme as versões apresentadas, o investigado teria sido liberado pelos Policiais Militares para ser socorrido por sua genitora para Hospital São Luiz Ibirapuera, contudo, não teria dado entrada em tal nosocômio. Ademais, não se tem notícia de eventual escolta por parte da Polícia Militar em relação a tal circunstância. Ressalto, por oportuno, que tal liberação ocorreu antes da apresentação da ocorrência em solo policial, fato este que, de per si, tem o condão de prejudicar e inviabilizar eventual custódia flagrancial do ora investigado ou até mesmo a melhor compreensão da*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

dinâmica dos fatos. De igual maneira, as testemunhas dos fatos foram tão somente qualificadas pelos milicianos, não tendo sido apresentadas em solo policial, o que também dificulta a compreensão da dinâmica do ocorrido. Era o que me cumpria informar.

De outro lado, há matéria jornalística posterior e notória datada de 30/04/2024, conforme link de fls. 621 dos autos principais (<https://tinyurl.com/y9m89vzt>), denotando que Fernando já teria praticado “racha” em plena Avenida Paulista, além de ostentar inúmeras multas por excesso de velocidade e acidentes consequentes, inclusive, em estados-membros diversos.

De se citar, no ponto, que o D. Juízo indeferiu a juntada da certidão do prontuário da CNH completo, nos seguintes termos (fls. 581 dos autos principais):
4) Da mesma forma, a juntada aos autos das cópias do Relatório Detecta da CNH emitido às fls. 73/74 dos autos em apenso, bem como da Certidão de Prontuário da CNH completo, prescinde de intervenção judicial, razão pela qual devem ser providenciados pelo próprio Ministério Público.

Entretanto, já é dos autos que Fernando teve o direito de dirigir restabelecido fazia apenas 13 dias antes do acidente (fls. 64), em razão de suspensão, segundo a aludida matéria, por excesso de velocidade, ocorrida em outubro de 2023, o que sintomático e muito sugestivo na análise do contexto.

O conjunto verificado no caso telado nestes autos evidencia, de fato, a possibilidade de reiteração por parte do recorrido. Pontua-se aqui não se estar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

préjulgando questões de fundo, em absoluto, não se podendo antecipar punição, mas sim, repisando, analisa-se aqui as questões técnicas jurídicas.

Com efeito, a ligação com atos semelhantes, em havendo indicativos de que, mesmo instado por pessoas a não dirigir, por seu estado (indicado ainda pelo frentista Reinaldo, que viu o réu sair cambaleando), fazem crer na possibilidade de reiteração em descumprimento de normas, devendo o poder judiciário estar atento quanto ao resguardo da ordem pública, prevalecendo, nesse momento, o interesse coletivo, em detrimento do individual.

Existem precedentes dessa Eg. 5ª Câmara de Direito Criminal em que se observa decretada a prisão preventiva em casos de "racha", com consequências inferiores às do presente caso (em que houve vítima fatal e lesionado grave).

A mais disso, o fato de ter havido mudança de versão de pessoa que presenciara fatos, e isso após contato com o interessado, enquanto solto, evidencia necessidade da custódia cautelar também sob o prisma da normal instrução criminal. Pontua-se pouco influir se a mudança de versão se deu antes da intimação de cautelar, porque a administração da Justiça é coisa séria, não sendo crível prestigiar qualquer ato que, mais uma vez em tese, leve a mínima possibilidade da manipulação de provas, o que já teria se dado nos autos, com a situação de ter deixado de ir atendimento médico, como prometido perante a autoridade policial no local, onde perícia poderia ter sido acionada, para seguir rumo outro do seu interesse.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portanto, todo o conjunto analisado sugere razão ao pleito Ministerial, notadamente porque as cautelares são **insuficientes** para o caso dos autos.

Aqui, de se salientar que as medidas cautelares, dentre elas a medida extrema, são permeadas pela cláusula *rebus sic stantibus*.

Isto é, modificados os fatos, no caso concreto, com o acréscimo de novos elementos, possível a decretação.

Ou seja, não se trata de preclusão, pois o arcabouço fático é outro.

É a inteligência do art. 282, §5º, do CPP: *Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (...) § 5º O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.*

Por tudo, deve ser atribuído o efeito ativo, para, em consequência, decretar a preventiva, acautelando-se a ordem pública, visando ainda evitar a reiteração delitiva e garantir a regular instrução criminal.

Nesse sentido:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. DOLO EVENTUAL. CRIME COMETIDO NO TRÂNSITO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONDUTA SEMELHANTE PRATICADA TRÊS MESES ANTES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUGA DO RÉU. ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

ORDEM DENEGADA.

1. Inexiste constrangimento ilegal a ser reconhecido se a prisão preventiva imposta ao paciente encontra-se devidamente justificada, especialmente para garantia da ordem pública, em razão de o paciente, supostamente, ter cometido, três meses antes, crime semelhante, no mesmo local, causando lesões corporais à vítima, tudo a indicar sua concreta periculosidade social.

2. O fato de a custódia cautelar ter sido decretada cinco meses após os fatos, por ocasião do recebimento da denúncia, por si só, não afasta a sua necessidade, pois demonstrada de forma concreta, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

3. Não bastasse, o paciente fugiu do local dos fatos, não prestou socorro à vítima e, ao contrário do corréu a quem se concedeu liminar, não se apresentou à Justiça, permanecendo foragido por quase três anos, somente vindo a ser preso recentemente, após ser localizado escondido em uma fazenda. Não há identidade de situações, pois o corréu apresentou-se espontaneamente na delegacia e entregou seu passaporte, demonstrando o interesse em colaborar com a Justiça.

4. Ademais, foi o paciente que, supostamente, participando de "racha", ultrapassou sinal vermelho e colidiu com o veículo da vítima, provocando-lhe sérias lesões corporais, inclusive com internação na "UTI" em estado de coma. E foi ele que, repita-se, no mesmo local, uma avenida com grande movimentação de pessoas, praticou conduta idêntica três meses antes, chegando a causar lesões corporais em outra vítima.

5. Ordem denegada.

(STJ, 6ª Turma, HC 103555 / SP, relatora ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 22/06/2010)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

HABEAS CORPUS. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2.º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. "RACHA". QUALIFICADORA DO RECURSO QUE DIFICULTOU OU TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA. COMPATIBILIDADE COM O DOLO EVENTUAL. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Consoante já se manifestou esta Corte Superior de Justiça, a qualificadora prevista no inciso IV do § 2.º do art. 121 do Código Penal é, em princípio, compatível com o dolo eventual, tendo em vista que o agente, embora prevendo o resultado morte, pode, dadas as circunstâncias do caso concreto, anuir com a sua possível ocorrência, utilizando-se de meio que surpreenda a vítima.

Precedentes.

2. Na hipótese, os réus, no auge de disputa automobilística em via pública, não conseguiram efetuar determinada curva, perderam o controle do automóvel e o ora Paciente atingiu, de súbito, a vítima, colidindo frontalmente com a sua motocicleta, ocasionando-lhe a morte.

3. Nesse contexto, não há como afastar, de plano, a qualificadora em questão, uma vez que esta não se revela, de forma incontroversa, manifestamente impropriedade.

4. Ordem denegada.

(STJ, 5ª Turma, HC 120175 / SC, relatora ministra Laurita Vaz, julgado 02/03/2010).

HABEAS CORPUS. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. QUATRO HOMICÍDIOS CONSUMADOS E UM TENTADO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. EMBRIAGUEZ E OMISSÃO DE SOCORRO. TESE DE INEXISTÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE PRONÚNCIA. CUSTÓDIA FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO EVENTO CRIMINOSO. GRAVIDADE ACENTUADA. HISTÓRICO CRIMINAL DO AGENTE. REITERAÇÃO. RISCO CONCRETO.

PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES MAIS BRANDAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal não mais admite o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, por malferimento ao sistema recursal, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a constrição está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade efetiva dos delitos denunciados e da periculosidade social do acusado, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.

3. A análise acerca da inexistência de dolo na conduta é questão que não pode ser dirimida em sede de habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas a serem produzidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

4. Caso em que o paciente foi pronunciado por homicídio consumado, tentativa de homicídio e omissão de socorro na condução de veículo automotor, acusado de, após ingerir bebida alcoólica e sem a devida habilitação, haver assumido a direção de seu veículo, conduzindo-o em alta velocidade em rodovia federal, acabando por colidir contra a traseira do automóvel das vítimas, que trafegava de forma regular, na sua mão de direção, causando a morte de quatro (quatro) pessoas, e provocado graves lesões no condutor, que só não veio a óbito por circunstâncias alheias à vontade do réu, que evadiu-se do local dos fatos em seguida, sem prestar socorro ao ofendido sobrevivente, peculiaridades que demonstram a reprovabilidade excessiva da conduta que lhe é imputada, autorizando a preventiva.

5. O fato de o paciente já responder a outro processo por embriaguez ao volante é suficiente para evidenciar o risco concreto de que, solto, volte a praticar infração idêntica, reforçando a existência do periculum libertatis autorizador da constrição processual na espécie.

6. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação se encontra justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

reprodução de fatos criminosos e garantir a ordem pública.

7. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.

8. Habeas corpus não conhecido.

(STJ, 5ª Turma, HC 367525 / SP, relator ministro Jorge Mussi, julgado em 07/02/2017).

Em consequência, revogo as medidas cautelares diversas da prisão, de índole pessoal, pela insuficiência, mantida apenas a fiança, de natureza real, que poderá servir para indenizar o dano.

É o que preconiza o art. 336, § único, do Digesto Processual Penal:
Art. 336. O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa, se o réu for condenado. Parágrafo único. Este dispositivo terá aplicação ainda no caso da prescrição depois da sentença condenatória.

Por fim, entendo que no atual momento, o pedido de compartilhamento de provas com a Promotoria Castrense padece de plausibilidade.

Ocorre que ao indeferir o pleito, o D. Juízo elucidou que atos dos policiais militares envolvidos na abordagem já estariam sendo elucidados (fls. 21), o que jamais restou afastado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo exposto, **CONCEDO A LIMINAR PLEITADA**, para **ATRIBUIR EFEITO ATIVO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**, e, em consequência, **DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA DE FERNANDO SASTRE DE ANDRADE FILHO**, qualificado no feito, visando acautelar a ordem pública, ante o risco de reiteração das condutas, e garantir a regular instrução criminal, nos termos do art. 312 do CPP.

Expeça-se o necessário mandado de prisão, com a devida urgência.

Tal como fundamentado, ficam revogadas as medidas cautelares diversas de cunho pessoal, pela insuficiência, mantida, apenas, a fiança arbitrada e já recolhida.

Em seguida, com a mesma brevidade, requisitem-se as informações do D. Juízo de origem.

Após, à Procuradoria para parecer.

Por fim, conclusos para a análise do mérito.

São Paulo, 3 de maio de 2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

JOÃO AUGUSTO GARCIA
Relator